

GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA CONSTRUÇÃO CULTURAL?

Nathalie Schneider⁶

Patrícia Kayser Vargas Mangan⁷

INTRODUÇÃO⁸

Levando em consideração que a diversidade cultural se tornou um tema muito difundido nos últimos anos, compreendemos, enquanto profissionais da educação, que precisamos estar inseridos/as em novas pesquisas e metodologias, a fim de melhor nos prepararmos para os desafios do tempo presente. Isso se justifica pelo fato de, nas escolas de ensino básico, percebermos nossos/as alunos/as cada vez mais submersos a novos contextos, com muitas dúvidas e incômodos quando a temática da diversidade sexual é abordada. Este trabalho surge dessas inquietações, sendo parte de uma pesquisa de doutorado em andamento no campo da Memória Social, na qual se problematizam as políticas públicas voltadas às relações de gênero e sexualidade nos espaços escolares.

Pensar em políticas públicas para o combate à LGBTfobia é algo que foi ganhando força ao longo da vida da autora principal, enquanto professora do ensino fundamental. Ano após ano, foi percebendo que, nas escolas, foi e é possível trabalhar não só com as diversidades culturais, como também com os desafios sociais e, a cada dia, plantar uma nova semente. Essa visão veio ao encontro das pesquisas realizadas ao longo do mestrado, que possibilitaram compreender melhor as relações que envolvem gênero e sexualidade. Porém, este ainda é um assunto complexo

⁶ Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE).
CV: <http://lattes.cnpq.br/8759033032400512>

⁷ Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação (UFRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE). CV: <http://lattes.cnpq.br/4892345821929149>

⁸ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

de ser trabalhado nas escolas, tendo em vista as mudanças nos cenários políticos, culturais e sociais, que dificultam determinadas intervenções. Tal entrelaçamento se faz a partir da junção de esforços com a segunda autora, orientadora de doutorado, a qual vem verificando questões desta pauta no contexto universitário. A partir deste contexto, procuramos analisar as relações de gênero e sexualidade como construções culturais.

Um significativo conjunto de materiais, como artigos e livros, procura descrever gênero e sexualidade por meio de uma perspectiva cultural. Autores do campo dos estudos culturais e pós-estruturalistas contribuem com importantes abordagens para uma discussão que orbita em torno destes conceitos e das relações entre indivíduos, cultura, identidade e diferença. É essa perspectiva teórica que este texto busca avançar. Neste recorte de pesquisa aqui apresentado, pretende-se compreender quais representações são atribuídas aos termos gênero e sexualidade, a fim de problematizá-las.

REFLEXÕES SOBRE SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL

Iniciamos as reflexões mencionando Laqueur (2001), o qual assinala mutações a respeito das compreensões sobre os corpos das mulheres, a partir do século XIII, costurando trechos históricos relacionados à construção dos gêneros que nos possibilitam pensar em como chegamos a conceber os gêneros masculino e feminino como binários, mutuamente excludentes e, ao mesmo tempo, complementares. O autor sublinha que, no final desse, quando passou-se a pensar que “a maioria das mulheres não se preocupava com os sentimentos sexuais”, a presença ou ausência do orgasmo tornou-se um marco biológico da diferença sexual” (p. 15).

Laqueur (2001), ao citar o médico da Antiguidade, Galeno, sugere que, há séculos, acreditava-se que homens e mulheres tinham a mesma genitália em seus corpos, porém a das mulheres ficava para dentro por falta de um “um calor vital”, relacionado aos orgasmos femininos durante o ato sexual. Assim, “a vagina é vista como um pênis interno,

os lábios como prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (p.16). A linguagem acaba marcando essa diferença sexual, já que, durante milênios, ovários e testículos tinham o mesmo nome, e o contexto é que esclareceria o sexo ao qual se referia. Homens e mulheres eram praticamente iguais (LAQUEUR, 2001).

Laqueur (2001) propõe que, por volta dos anos de 1800, vários naturalistas passaram a entender, de modo radicalmente diferente, as distinções biológicas entre homens e mulheres. Para os especialistas do corpo no Iluminismo, os corpos de homens e mulheres eram fundamentalmente diferentes, opostos em todas suas características - não somente as físicas, mas todo o aspecto concebível do corpo e da alma. Ele sugere que, devido a uma série de condições históricas e políticas, passou-se a sublinhar as diferenças radicais e irreduzíveis da morfologia e da fisiologia dos corpos de homens e de mulheres. De um modelo da “carne única”, inspirado em Galeno e que frisava as semelhanças entre os corpos de homens e de mulheres, postulou-se um “di-morfismo radical” que instaurava diferenças biológicas imutáveis entre homens e mulheres (LAQUEUR, 2001, p. 17). Assim, na passagem do Renascimento para a Modernidade, a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres eram apenas da ordem da ausência ou presença de calor vital, no momento da fecundação, deu lugar à concepção de anatomias e fisiologias radicalmente distintas, binárias, opostas, complementares e solidamente baseadas na biologia – sendo, por isso, essenciais. Conforme o autor, conseqüentemente, no início do século XIX, já estava instaurada a crença de que era a biologia que determinaria o lugar de cada um e de cada uma na sociedade.

O teórico também propõe que nessas concepções pré-iluministas, o sexo ou o corpo sejam compreendidos como o epifenômeno, enquanto que o gênero deve ser visto como primário ou real. O gênero fazia parte da ordem das coisas, “o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido” (LAQUEUR, 2001, p. 18). Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na

sociedade, assumir um papel cultural - “o sexo antes do século XII era uma categoria sociologia e não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p. 19).

Para Laqueur (2001), as diferenças já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder de gênero. Ou seja, os aspectos biológicos foram empregados na direção de reforçar um interesse político que redistribuía o sentido dos diferentes comportamentos que homens e mulheres deveriam ter em meio à sociedade. As novas formas de pensar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento específico, mas resultaram de desenvolvimentos epistemológicos e políticos. Foucault (1978) argumenta que o sexo do iluminismo – como fundamento biológico do que é ser masculino e feminino – foi tornado possível por essa mudança epistêmica, porém a epistemologia, sozinha, não produziu dois sexos opostos, mas isso ocorreu devido às circunstâncias políticas.

O autor segue argumentando que, qualquer coisa que se queira dizer sobre sexo, já tem em si uma reivindicação sobre gênero. Isso significa que o sexo é situacional e explicável apenas dentro de um contexto da luta sobre gênero e poder. Como ressaltam algumas estudiosas feministas, as diferenças naturais são verdadeiramente culturais.

Conforme Laqueur, para as feministas, “gênero é uma divisão entre homens e mulheres, causada pelas ‘exigências sociais da heterossexualidade’, institucionalizando a submissão feminina” (LAQUEUR, 2001, p. 24). O teórico ressalta Foucault (1978), quando afirma que “a sexualidade não é uma qualidade herdada da carne” (LAQUEUR, 2001, p. 24) ou um impulso biológico, e sim uma forma de moldar a si mesmo “na experiência da carne” (op.cit.), se constituindo em torno de certas formas de comportamento. Para o autor, ao contrário do que se pensava (ou se pensa), não há naturalidade, o biológico não é neutro, a linguagem forma concepções, conceito e dita normalidades. Nesse contexto, para Laqueur (2001, p. 24), “é abalada a confortável noção de que o homem é homem e a mulher é mulher”, o sexo parece fragmentar-se.

O autor enfatiza que não há como ignorar a materialidade do corpo e suas supostas diferenças. O ponto é como estes corpos são compreendidos através da linguagem, da cultura e do poder. Ele relata que houve um

progresso na compreensão do corpo humano em geral e na anatomia e fisiologia reprodutiva em particular. (...) Que eles não causaram uma compreensão específica da diferença sexual, a mudança para o modelo de dois sexos. (...) As teorias da diferença sexual que influenciaram o curso do progresso científico e a interpretação de resultados experimentais específicos. O sexo, como o ser humano, é contextual. (LAQUEUR, 2001, p. 27)

Para as pesquisadoras Connel e Pearse (2015), a existência de uma ordem de gênero, o que é facilmente percebido quando analisamos os papéis que homens e mulheres recebem ao longo da história. Por meio de diversas pesquisas, as autoras relatam cenários em que há uma clara ordem de gênero, isto é, os papéis dispensados para homens e mulheres ficam muito evidentes. Em meio a diferentes contextos sociais e culturais, Connel e Pearse em 2015 enfatizam que, embora o corpo da mulher seja um elemento comum na internet, são as mulheres que possuem “menos chances de serem produtoras de conteúdos nas redes” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 30).

Esse acesso à internet era desigual no contexto dos Estados Unidos com relação a gênero, mas essa tendência não era identificada em pesquisas no cenário brasileiro. Dados mais atuais do em relação ao Brasil, conforme a pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua conduzida (PNAD Contínua), não há esta tendência de maior acesso de homens, em grande parte pela popularização dos celulares, uma vez que “em 2018, 75,7% das mulheres utilizaram a Internet, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (73,6%)” (IBGE, 2020, p. 9). Em outro aspecto, na política também é possível perceber que as mulheres são minoria e, embora tenha havido um significativo aumento da participação feminina na última década, os homens ainda costumam ter controle sobre impostos, tecnologia, relações internacionais, investi-

mentos etc. (CONNEL; PEARSE, 2015), (DA SILVA; NASCIMENTO, 2022), (BATISTA; CARVALHO, 2022).

Há trabalhos recentes que problematizam a baixa representatividade de outros gêneros além do masculino na política brasileira (TEIXEIRA; SANTOS, 2022). No contexto brasileiro, convém apresentar os seguintes destaques baseados nos dados coletados e analisados pelo IBGE:

Se, por um lado, as mulheres são mais escolarizadas, por outro, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública em geral. (...) Como as mulheres são maioria na população brasileira, há, portanto, um expressivo quadro de sub-representação. A sub-representação também se materializa no nível de governo local. Em 2020, somente 16,0% dos vereadores eleitos eram mulheres. (...) Outro indicador do CMIG é a *Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo* (CMIG 43). Em 25 de setembro de 2020, dos 22 ministros de Estado, apenas dois eram mulheres, ou 7,1%. (IBGE, 2021, p. 8)

Além disso, eles também são maioria no mundo dos negócios. No campo do trabalho, segundo as autoras, “as mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados”. A maioria ainda se concentra “em postos de serviços envolvidas em funções ligadas ao trabalho confessional ou administrativo, ao atendimento ao consumidor, à limpeza, à merenda, ao setor alimentício terceirizados e outros tipos de trabalho” na sua maioria sempre “relacionados ao cuidado com a educação básica ou enfermagem” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 32). No contexto brasileiro, esta realidade também se observa, a qual pode ser ilustrada pelo fato de que “62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres, em 2019” (IBGE, 2021, p. 9)

As estudiosas também apontam que os homens são preparados para trabalhos que envolvam força e situações de violência. Quando crianças, os meninos são “estimulados – por seus pais, escolas, e pela mídia de massa – a praticar esportes competitivos, como futebol, em que

a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 35). Também sofrem “pressão dos colegas para se mostrarem corajosos e implacáveis e temem ser tachados de ‘maricas” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 35).

Com base em uma diversidade de fatos relacionados às questões de gênero sob olhares da mídia de massas, da política, das configurações familiares, do trabalho, da infância, entre outros, as autoras enfatizam como as configurações binárias vão se constituindo e sendo naturalizadas, através de uma construção nada biológica, embora o discurso do biológico ainda prevaleça:

No cotidiano, tomamos o gênero como algo dado. Reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher, menino ou menina, instantaneamente. Organizamos nossos afazeres em torno dessa distinção. Casamentos convencionais exigem pelo menos uma pessoa de cada gênero. (...) Esses arranjos são tão familiares que parecem fazer parte da natureza. A crença de que distinções de gênero são “naturais” faz as pessoas se escandalizarem quando alguém não segue o padrão: por exemplo, quando pessoas do mesmo gênero se apaixonam umas pelas outras. A homossexualidade é então classificada como não sendo algo natural, como algo mau (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 37).

Nessa ordem de gênero, a ideia que prevalece é a de que homens e mulheres são construções naturais, biológicas e binárias, bem como suas formas de se relacionarem e suas posições ocupadas na sociedade. Quando outros formatos se apresentam, busca-se a conservação da ordem, através de um grande esforço social nas atitudes de mães, pais, professores, padres, mídias publicitárias e legisladores:

Se fazer sexo com outra mulher ou outro homem não é natural, porém, por que temos leis que proíbem essa prática? Não temos punições ou penalidades para quem viola a terceira lei da termodinâmica. As decisões jurídicas

antigay em cidades estadunidenses, o assédio sofrido por homens gays pela polícia no Senegal, a criminalização do adultério feminino na Charia (lei religiosa islâmica) a prisão de mulheres transexuais por violarem a ordem pública - essas ações só fazem sentido, porque as questões que elas envolvem não são determinadas por natureza (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 37).

Connel e Pearse (2015) contestam essa ordem “natural” e “biológica” de gênero, enfatizando se tratar de uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam. Não se trata de uma expressão da biologia e sim de uma estrutura social. Gênero é um complexo que se fundamenta em estruturas sociais, identitárias, nas relações de trabalho, nas relações de poder e na sexualidade dos sujeitos (CONNEL; PEARSE, 2015). Dessa forma, essas estruturas estão sempre mudando, criando arranjos e permitindo novas formas de configuração. Nesse sentido, há mulheres masculinas e homens femininos, há mulheres que se relacionam com outras mulheres e homens que se relacionam com outros homens, há mulheres que não se veem em seus corpos e há homens que não se veem em seus corpos. No entanto, a “ambiguidade de gênero pode ser objeto de fascinação e desejo, assim como de nojo”, preconceito e represália, gerando violências a tudo que foge a essa ordem normativa de gênero (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 39).

Em consonância, Felipe, Guizzo e Beck (2014) também reforçam o conceito de gênero como sendo uma construção social. Os autores analisam a função das escolas ao definir papéis masculinos e femininos por meio de suas práticas, nas quais naturalizam as relações sociais heteronormativas. Os autores ponderam que, para além dos conteúdos das disciplinas, as escolas contribuem de forma significativa para a formação de processos infantis, relacionados a gênero e sexualidade.

Meninos e meninas tornam-se alvos desses processos por meio de atos de regulações e controles empreendidos na escola. Tais regulações são, via de regra, muito sutis e ocorrem reiteradas vezes, de várias formas. Tal-

vez por conta disso, deixam de ser questionadas tanto no âmbito educacional como fora dele, principalmente porque ainda hoje os argumentos de uma “essência ou natureza” para explicar os comportamentos ainda são muito presentes. Há uma grande carência de discussões em torno dos temas relacionados a gênero e sexualidade nos cursos de formação de profissionais da educação, o que dificulta a problematização de situações emergidas na escola (FELIPE, GUIZZO; BECK, 2014, p. 31-32).

Nessa perspectiva, Connel e Pearse (2015) citam a filósofa francesa Simone de Beauvoir ao descrever sobre o quanto as mulheres são constituídas como o “outro” na consciência dos homens, ressaltando a ideia de que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, uma vez que há uma construção social em cima do biológico, assim como podemos dizer, que não se nasce homem, e sim, torna-se homem.

A filósofa Judith Butler (2015) defende a ideia de que a categoria gênero não é algo fixo, gênero se consolida através de ações repetitivas. Não apenas através da identidade, mas em ações que quebrem as normas do gênero. A autora faz uma crítica ao feminismo que promoveu essa divisão binária de homem e mulher, restringindo o sujeito a optar por outras possibilidades de gênero. Para a filósofa, gênero deve ser visto como algo fluído, que se desloca e se transforma em diferentes períodos e contextos históricos. Butler (2015) afirma ainda que o gênero não se trata de um mero resultado do sexo, não se nega o biológico, no qual homens possuem pênis e mulheres possuem vaginas, mas se questiona como o gênero masculino e feminino são construídos a partir desse sexo:

Se o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos

ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2015, p. 26).

Com base nessa perspectiva, o gênero é flexível e não pode ser construído através de fatores estáveis. No momento em que o sujeito se identifica com um tipo de gênero que não se enquadra em determinada normatividade, para Butler (2015), a ideia é transformar essa normatividade, quebrando os padrões binários.

Nessa mesma linha argumentativa, Louro (2011) complementa essas proposições descrevendo que sexo, gênero e sexualidade não seguem uma linearidade, embora gênero e sexualidade estejam relacionados. “Os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, (...) suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as” (LOURO, 2011, p. 29). A professora observa que as relações de gênero e sexualidade se dão através de identificações, na formação das identidades de cada sujeito:

Ora evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.) o que importa aqui considerar é que - tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades estão sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento - seja esse o nascimento, a adolescência ou a maturidade - que possa ser tomado como aquele em que

a identidade sexual e/ou identidade de gênero que seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são estáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 2011, p. 31).

Não tem sido uma tarefa fácil pensar as questões de gênero e sexualidade, ainda que, nas últimas décadas, elas tenham ganhado relevância em políticas e legislações que se vinculam a distintos campos, inclusive à área da educação. Isso, entretanto, parece não assegurar mudanças em relação aos comportamentos, muitas vezes preconceituosos e discriminatórios, que ainda permanecem nas escolas de Educação Básica e em outros espaços sociais. Felipe e Guizzo (2016, p. 488) salientam que “as instituições escolares não se constituem em lugares neutros e democráticos. Ao contrário, são espaços nos quais se disputam, se aceitam, se rejeitam e se impõem significados e normas”.

Segundo Foucault (2004), do fim do século XVIII ao início do século XX, desenvolveu-se na cultura ocidental uma “sociedade disciplinar”. Investindo em uma governabilidade focada no biopoder, essa configuração social caracterizou-se por produzir corpos “dóceis e úteis” ao modo de produção capitalista. Surge, segundo essa perspectiva, um grande projeto de “normalização” dos sujeitos. Emergem, então, as modernas instituições: prisões, manicômios, escolas, hospitais, forças armadas e as novas disciplinas acadêmicas. Direta ou indiretamente, todas essas instituições organizam uma maneira específica de compreender e lidar com o corpo.

Deleuze (1992) destaca que, a partir do período posterior à Segunda Guerra Mundial, o século XX assume os contornos de uma “sociedade de controle”. Sem desconsiderar as estruturas da sociedade disciplinar, as instituições, os agentes sociais e as relações de poder mudam sua dinâmica, gerando novas conformidades: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 103).

Ao pensarmos nas relações de poder que envolvem as diferenças entre homem e mulher, também nos deparamos com uma concepção de gênero que impede que se perceba a pluralidade que existe nas formas de ser homem ou ser mulher: “Assim, aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados diferentes, são representados como o outro é, usualmente, experimentam práticas de discriminação e subordinação” (LOURO, 2011, p.52). Esta forma masculina ou feminina de ser é relatada como um “projeto” quando Louro (2011) cita as ideias de Robert Connell (1998): “um “projeto” – tanto coletivo quanto individual – no sentido de que este é um processo que está continuamente se transformando, afetando e sendo afetado por inúmeras instituições e práticas” (p. 53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma grande complexidade teórica e social ao problematizar as questões de gênero e sexualidade inclusive na área da educação. Trazendo estas questões para os espaços escolares, é possível perceber que o projeto do qual Connell (1995) se refere é, cotidianamente, praticado quando instituições de ensino e educadoras/es reiteram certa norma que constitui nossa cultura. Esta norma também é reiterada quando são ensinadas formas de ser homem e de ser mulher, observando o “gênero como um molde social, cuja marca é estampada na criança” (LOURO, 2004, p. 52).

O debate em torno de uma educação para sexualidade, que incorpore a perspectiva da diversidade sexual e que produza reflexões em torno da homofobia, do heterossexismo e dos direitos sexuais, é recente em todo o mundo e também em nosso país. Entretanto, mesmo recente, parece correto afirmar que existe um movimento importante nas sociedades ocidentais – fundadas em uma matriz democrática e laica – de debate e implantação de programas e projetos de educação para sexualidade, que respeitem a diversidade (NARDI, 2010).

Conforme as discussões teóricas apresentadas, fica evidente que as questões de gênero e sexualidade estão claramente amparadas em uma

construção cultural, o que a princípio indicaria um certo consenso. No entanto, o atual contexto sociopolítico abre poucos espaços para avanços ou superações de situações de discriminação ou violência. Em particular, nos espaços escolares está cada vez mais difícil transgredir, ou mesmo questionar, práticas heteronormativas. Deste modo, trazer luz a estas questões torna-se cada vez mais urgente e necessário

REFERÊNCIAS

BATISTA, Fabiano E. A.; CARVALHO, Ananda de S. L. V. . (Trans)forming the political (cis)tem? Notes on the 2020 municipal elections from the perspective of gender and sexuality studies. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e38611124645, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.24645.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

CONNELL, Raewyn. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. Vol. 20, jul./dez.1995.

DA SILVA, Adriana Benedita Azevedo; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. A (Sub) Representação de Mulheres na Política Brasileira: entre lutas e conquistas. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 21, p. 15-32, 2022.

DELEUZE, Gilles. **Controle e devir in Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. **Gênero e Sexualidade em Políticas Contemporâneas: Entrelaces com a Educação**. Roteiro, v. 41, n. 2, p. 475-490, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964733009/html/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

FELIPE, Jane, GUIZZO, Bianca Salazar, BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis. In: **Infâncias, gênero e sexualidades: nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. ULBRA, 2014. p. 17-27.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018** - PNAD contínua. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf Acesso em: 31 ago. 2022.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2a. ed. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso em: 31 ago. 2022.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo** – dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NARDI, Henrique Caetano. **Educação, heterossexismo e homofobia**. In: POCAHY, Fernando (org). Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010, p. 46-66.

TEIXEIRA, Marcella B. M.; MOTA-SANTOS, Carolina M. Mulheres na Política: Uma revisão sistemática. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 2, 284–315. 2022.